BEM INFORMADO
BELO HORIZONTE
NOVEMBRO DE 2008
ANO 02 | Nº 14

IEPHA
GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA
INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS

Chinesice, presente em igrejas mineiras, chegou ao Brasil na primeira fase do barroco

_____ página 05

Detalhe de pintura na Capela Nossa Senhora do Ó, em Sabará. Podem ser observados traços fisionômicos orientais nas figuras

PEQUENOS OLHARES SOBRE O PATRIMÔNIO

Você conhece?

_____ Confira na página 08

Entrevista: Maria Regina Ramos fala do resgate da memória propiciado pela restauração

_____ páginas 06 e 07

Alunos da Escola Estadual Olegário Maciel, em Belo Horizonte, participam de projeto de Educação Patrimonial

_____ página 03

Impresso Especial
7397091256-DR/MG
IEPHA/MG
...CORREIOS...

Editorial

Sistema Nacional de Patrimônio – Reunião do Sudeste em BH

O IPHAN vem promovendo reuniões com órgãos estaduais que compõem o Sistema Nacional de Patrimônio, buscando consolidar diretrizes para subsidiar políticas públicas e estabelecer acordos para a gestão do patrimônio cultural.

Após encontros nacionais onde foram discutidas as especificidades de cada organismo estadual, sua estrutura organizacional e as principais políticas em desenvolvimento, optou-se por um maior conhecimento das instituições estaduais através do preenchimento de um questionário mais detalhado, visando, entre outros: o reconhecimento da distribuição de atribuições entre as diferentes esferas de governo; a relação entre órgãos de preservação e órgãos com interesses tangenciais ao tema, como turismo e desenvolvimento urbano; e a relação entre entidades públicas e privadas no trato da questão do patrimônio cultural.

Dando continuidade aos trabalhos, estão sendo realizados encontros regionais, onde as instituições debaterão, com convidados, recomendações para uma atuação integrada entre União e estados.

Os grupos de trabalho foram organizados nas cinco regiões – Norte, Nordeste, Sudeste, Centro-oeste e Sul –, ficando cada uma delas com uma temática específica, além das discussões e consolidação das análises dos questionários e demais procedimentos já iniciados nos encontros nacionais.

As temáticas a serem abordadas por região foram assim distribuídas: Região Norte, em encontro em Belém – Patrimônio arqueológico/paleontológico; Região Nordeste, em encontro em Recife – Patrimônio imaterial; Região Sudeste, em encontro em Belo Horizonte – Sítios históricos urbanos; Região Centro-oeste, em encontro em Palmas – Patrimônio edificado; e Região Sul, em encontro em Curitiba – Patrimônio natural/paisagístico.

Assim, nos dias 15, 16 e 17 de dezembro próximo, o IEPHA/MG, com apoio da 13ª Superintendência do IPHAN, realizará o encontro da Região Sudeste, com vistas a consolidar ações para subsidiar o Fórum Nacional, que será realizado em março de 2009.

Esperamos que o encontro possa contribuir para a construção de políticas e ações que permitam maiores investimentos para os segmentos patrimoniais, descentralização e co-responsabilidade entre os diversos atores envolvidos na preservação, conservação e promoção do patrimônio cultural.

Carlos Roberto Noronha
Presidente

NOSSA MISSÃO É GARANTIR À SOCIEDADE A ACESSIBILIDADE E A FRUIÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL, POR MEIO DA PRESERVAÇÃO, VALORIZANDO E RESPEITANDO A DIVERSIDADE CULTURAL DE MINAS GERAIS.

Liberada pontuação parcial do ICMS Cultural

A Diretoria de Promoção do IEPHA divulgou, no dia 20 de outubro, a pontuação provisória dos municípios mineiros participantes do ICMS Patrimônio Cultural. Ao todo 622 cidades enviaram a documentação; outros 24 municípios, mesmo não enviando documentos, receberam pontos por terem tombamentos em nível estadual ou federal. A pontuação parcial dos municípios está disponível no site: http://www.iepha.mg.gov.br. Durante este mês, as cidades poderão encaminhar ofício pedindo revisão da pontuação, caso não concordem com a que receberam. O resultado final será divulgado até 15 de dezembro.

Expediente

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Governador: Aécio Neves
Vice-governador: Antônio Augusto Anastasia

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA
Secretário: Paulo Brant
Secretária adjunta: Sylvana Pessoa

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS
Presidente: Carlos Roberto Noronha
Vice-presidente: Maria Marta Martins de Araújo
Diretor de Conservação e Restauração: Renato César J. de Souza
Diretora de Planejamento, Gestão e Finanças: Mônica S. Grosso Avelino
Diretora de Proteção e Memória: Vera Chacham
Diretor de Promoção: Carlos Henrique Rangel

BEM INFORMADO - INFORMATIVO DO IEPHA/MG

Edição: Beatriz Teixeira de Salles (MG 03802JP)
Textos: Érika Santos (MG 012987JP), Ludymila Toledo (MG 11656JP) e Sandra Ribeiro Araújo (MG 4577)
Revisão: Pedro Souza Pinto
Diagramação: Daniella Melo Jardim
Fotos: Izabel Chumbinho
Impressão em papel Reciclato 90g/m³ - Tiragem: 2.500 exemplares - Periodicidade: mensal

IEPHA

GOVERNO DE MINAS
Construindo um novo tempo
CULTURA

Praça da Liberdade, s/nº - 4º andar | CEP: 30140-010 Belo Horizonte - MG
Tel: 31 3235.2800 | Fax: 31 3235.2858 | www.iepha.mg.gov.br
Envie sua sugestão para: jornal@iepha.mg.gov.br

Educação patrimonial em escola tombada

Resgate da história e conscientização da importância de se preservar o patrimônio histórico. Esse é o objetivo do Programa de Educação Patrimonial que vem sendo desenvolvido há cinco meses pela Diretoria de Promoção, através da Gerência de Difusão, nas escolas tombadas pelo IEPHA em Belo Horizonte.

Após ser aprovada pela Secretaria de Estado de Educação, a idéia foi apresentada aos diretores e professores das escolas estaduais Pedro II, Barão do Rio Branco, Barão de Macaúbas, Olegário Maciel, Afonso Pena e Instituto de Educação em uma oficina na sede do IEPHA. Durante o encontro, os professores de cada escola desenvolveram modelos de trabalho a serem desenvolvidos com seus alunos.

Depois de alguns meses e de muito trabalho, o projeto está dando frutos. Durante três meses, as professoras da Escola Estadual Olegário Maciel, Efigênia Maria Barbosa, Soraia Regina Correa, Nirene Gomes de Souza e Aparecida Márcia dos Santos, desenvolveram, junto com os alunos, o projeto "Voltando às Origens". Segundo a gerente de Difusão do IEPHA, Adriana Quirino, o trabalho busca, pelo resgate da história do colégio, conscientizar os alunos de que o prédio não é só uma edificação que abriga uma unidade de ensino; ele tem uma memória que merece ser preservada.

O projeto, que também contou com o apoio de Rodrigo Faleiro, analista de gestão, proteção e restauro da DPR, e do diretor da escola, Washington de Oliveira, despertou a atenção da aluna Aline Soares do Espírito Santo, de 16 anos. "O prédio é um importante exemplar da arquitetura escolar das primeiras décadas do século XX, mas não é só isso. Ele também guarda a história de muitos ex-alunos e professores que passaram por aqui durantes todos esses anos", revela a garota.

Divididos em grupos, os alunos fizeram um levantamento da história da escola, resgatando fotos, documentos e entrevistando antigos alunos e funcionários. Entre os documentos, foram encontrados a ata de criação do então Grupo Escolar, diários de classe dos primeiros anos, livro de posse de professores, exames de admissão de 1965, notas da cantina de 1959, ata da Associação de Mães de 1929, a planta da escola, recortes de jornais da década de 1980 e cadernetas escolares da década de 1970.

Alunos resgataram mémoria através de documentos, fotos e objetos

Em exposição, equipamentos que fazem parte da história da escola

Para o aluno Frederico Souza, de 15 anos, a parte mais difícil já foi feita. "Nós tivemos muito trabalho para reunir toda a documentação, muita coisa estava esquecida ou perdida. No futuro, outros alunos que precisarem fazer uma pesquisa sobre o colégio acharão tudo mais fácil", avalia.

Durante a busca de documentos foi encontrado o livro de inventário, datado de 1916, onde os alunos descobriram registro de objetos há muito esquecidos na escola. Entre eles, um acordeon usado na década de 1960 nas aulas de música, uma imagem do Menino Jesus de Praga, de 1924, e um tecido pintado pelos alunos retratando a fachada da escola em comemoração aos seus 80 anos. Outros objetos, apesar de estarem sempre à vista dos alunos, não eram notados, como um porta-chapéus e um relógio que estão na diretoria desde a fundação da escola, uma bandeja da década de 1970 que fica na sala dos professores e uma máquina registradora também da década de 1970 usada na cantina até recentemente.

Com todo o conhecimento adquirido, os alunos montaram uma exposição na própria escola com os objetos, fotos e documentos encontrados e com os trabalhos produzidos. "Todo esse processo foi muito importante, pois, além de conhecermos um pouco mais sobre a história desse marco de Belo Horizonte, ainda tivemos a oportunidade de ter contato com antigos alunos e funcionários", conta a aluna Débora Priscila Oliveira Almeida, de 16 anos.

No caminho da regulamentação

<< Dedicação e técnica no ateliê do IEPHA

A profissão de conservador-restaurador de bens culturais móveis ou integrados está muito próxima de se tornar definitivamente regulamentada, com a elaboração de dispositivos legais específicos e a criação de conselhos federal e estaduais para a categoria.

Foi aprovado em 1º de outubro o Projeto de Lei do Senado (PLS) de número 370, proposto em 2007 pelo senador Edison Lobão (PMDB/MA), que confere reconhecimento e reserva de mercado à profissão. Ponto muito criticado no texto é o entendimento de que a profissão deveria ser exercida exclusivamente por profissionais diplomados em curso superior, negando aos técnicos de nível médio, há muito atuantes nos vários segmentos da profissão, o reconhecimento por seu trabalho.

Aprovado no Senado Federal, o projeto foi remetido, para revisão, à Câmara dos Deputados. Por lá, entretanto, já tramitava outro texto muito semelhante, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 3053, de 2008. Apresentado pelo deputado federal Carlos Abicalil (PT/MT), o projeto foi elaborado por universidades e associações profissionais como a Associação Brasileira de Encadernação e Restauro (ABER) e a Associação Brasileira de Conservadores-Restauradores de Bens Culturais (ABRACOR) e tem como principal diferença exatamente o fato de reconhecer também os profissionais certificados técnicos de nível médio.

Anexados, a partir de agora os dois projetos tramitarão juntos na Câmara Federal sob regime de prioridade e deverão se fundir em um só texto, com as devidas complementações. Assim, o projeto final deve abranger profissionais diversos — do cientista da conservação ou administrador da preservação ao técnico em conservação e restauração de bens culturais — e diferentes níveis profissionais (superior bacharel ou tecnólogo e médio técnico), definindo suas competências e responsabilidades.

Para a analista do ateliê de restauração e conservação do IEPHA, Yukie Noce Watanabe, essa definição será oportunidade para o desenvolvimento da área, que é relativamente nova e vinha seguindo um percurso irregular. "Faltam cursos e professores e o mercado, hoje, é muito ocupado por profissionais de outras áreas, como belas artes ou arquitetura. A qualificação muda a visão da obra para um conceito de peça histórica com significado social e cultural e não somente uma peça artística. Isso envolve conhecer história, ética e responsabilidade cultural", aponta.

| Pioneira

Responsável pela primeira experiência na formação de profissionais da área de Conservação e Restauração, de forma regular, no Brasil, a Fundação de Arte de Ouro Preto (Faop), entidade vinculada à Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais, mantém cursos regulares na área, como o Curso Técnico de Conservação e Restauração de Bens Culturais.

Para a presidente da Faop, Ana Maria Pacheco, a regulamentação valoriza o profissional que investiu no conhecimento, mas tem de entender o técnico de nível médio de forma complementar ao profissional com título superior. "O técnico é essencial no processo. É do profissional graduado que virão os conceitos que guiarão o trabalho, mas a intervenção será realizada principalmente por técnicos", aponta. Segundo ela, os benefícios da regulamentação virão não só para os profissionais, mas, sobretudo, para a sociedade. "É importante estabelecer regras aí, porque quem sabe "dar um jeitinho" não é restaurador. Tem que ter repertório conceitual e prática para saber usar a técnica correta. Com a regulamentação, a sociedade sai ganhando porque vai ter a certeza de que seu patrimônio cultural estará em mãos capacitadas".

Barroco mineiro também tem olhos puxados

Séculos XVII e XVIII. O contato com os novos mundos "descobertos" a partir da expansão marítima, a intensificação do comércio internacional na Idade Moderna e o trabalho das chamadas Companhias das Índias Orientais dão origem, na Europa Central, a um sentimento de crescente interesse pelas coisas consideradas exóticas que vinham daquelas terras distantes. Portugal, por exemplo, passa a adotar motivos exóticos, inspirados não só nos países orientais, mas também nos temas naturalistas das Américas, com os motivos indígenas, e da África, com figuras de leões e elefantes.

Começa a aparecer no Ocidente uma grande diversidade de produtos artísticos orientais, principalmente chineses, como cerâmicas, porcelanas, esculturas, pinturas e têxteis. Os delicados e graciosos desenhos da porcelana chinesa passam para a decoração de armários, baús e outros elementos decorativos em toda a Europa, sempre com forte combinação entre vermelho e dourado. A esta imitação ou evocação dos estilos chineses na arte ou na arquitetura ocidentais, cunhou-se o termo chinesice – ou, no francês, chinoiserie.

Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição (Catas Altas): Construída na primeira década do século XVIII, a Igreja apresenta trabalhos de estilo oriental no altar de Santo Antônio, localizado na nave do lado esquerdo. Na pintura policromada, com predominância do vermelho e dourado, têm destaque os detalhes orientais.

No Brasil, a inspiração da chinesice chega atrelada à primeira fase do barroco e à talha joanina (contemporânea a D. João V), sendo que as primeiras manifestações surgem entre 1700 e 1720. Outro fator que também deve ser considerado no caso brasileiro é a ocorrência de trabalhos realizados por pintores portugueses que já haviam trabalhado em Macau, e que por lá aprenderam técnicas locais muito específicas, como a do vermelhão. A "moda" durou alguns anos, depois caindo em desuso, mas o estilo ficou impresso em diversas edificações – principalmente religiosas – em vários pontos do país.

Em Minas, os motivos chineses estão presentes, por exemplo, nas matrizes de Mariana e Catas Altas e, em Sabará, na Igreja Matriz e na Capela do Ó. Também é possível encontrar tendências orientais em Igrejas de Barão de Cocais, Tiradentes, São João Del Rei e Ouro Preto.
altar-mor.

Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição (Sabará): Construção do início do século XVIII. Além do magnífico altar-mor – correspondente ao primeiro período do barroco mineiro – existem ainda outros oito altares laterais. Elementos decorativos orientais, as "chinesices" estão presentes, por exemplo, nas portas que ligam a sacristia e o consistório ao recinto da capela-mor.

Igreja de Nossa Senhora do Ó (Sabará): A singela capela de 1719, possui rica talha barroca de estilo D João V, com pinturas de "chinesices", em ouro sobre vermelho e azul, imitando as lacas de estilo oriental. No arco-cruzeiro, a talha dourada traz painéis octogonais de fundo azul, com pássaros, pagodes e personagens bíblicos com fortes traços orientais.

Catedral de Nossa Senhora da Assunção – Catedral da Sé (Mariana): Nas paredes laterais da capela-mor, fazendo fundo ao cadeiral para os cônegos, curiosas chinesices trazem cenas do dia-a-dia, como passeios, chafarizes, elefantes, dromedários e tigres. Também há motivos orientais no órgão Arp Schnitger de 964 tubos.

Igreja de Santana (Cocais): Construída em 1769, é a principal atração de Cocais, com seus altares folheados a ouro. A chinesice pode ser observada em pinturas orientais encontradas no púlpito da nave e no altar-mor.

ENTREVISTA

Registros da memória

Restauradora das mais conhecidas e respeitadas em Minas, e em todo o país, Maria Regina Reis Ramos, a Marregi, está com sua equipe em nova missão: recuperar a decoração original da Casa Rosada, prédio que abrigou a Secretaria do Estado de Educação e vai receber o Museu das Minas e do Metal, integrante do Circuito Cultural Praça da Liberdade. Responsável por outros projetos de restauração de grande destaque, como o do Palácio da Liberdade feito entre 2003 e 2006, Marregi fala sobre o trabalho e os desafios na profissão de um restaurador, o uso consciente de bens culturais e o envolvimento da população na preservação de seu patrimônio.

Como você vê a provável regulamentação da profissão de restaurador-conservador em breve?

Estou achando perfeito, é importante que haja esse reconhecimento. A gente acha que a área já é algo muito difundido no Brasil, que todo mundo já ouviu falar, sabe e entende a importância de preservar e resgatar a nossa história, mas o respeito está ainda muito longe. Infelizmente, a gente ainda ouve coisas do tipo "prédio velho tem que derrubar". Ainda é essa a mentalidade de muita gente, o descompromisso com a memória.

Como funciona, no dia-a-dia, o trabalho de um restaurador?

O restaurador percorre de novo o trabalho de "fazimento da coisa", com as mesmas etapas, só que de forma invertida. Começamos da última camada e vamos lendo os momentos que ficaram entre a decoração e as interferências sobre ela, as repinturas. Nesse sentido, é uma atividade meio arqueológica, de descobrir camadas, detectar todo o material que foi usado, as escolhas de época, de gosto e as técnicas usadas, até chegar ao suporte, de reboco, madeira ou tela, por exemplo.

Removidas as camadas de tinta, é possível resgatar estilos que se perderam no tempo e outras surpresas?

Na verdade, antes de começar, a gente já tem noção do que deve encontrar por causa do projeto e das prospecções. A equipe não chega muito às cegas, porque durante o levantamento já dá para tomar uma intimidade com o prédio. E como tudo segue um pouco de modismo de sua época, por similaridade, a gente já imagina o que tem ali, não só de materiais, mas das variantes que vêm com o gosto da época. O que sempre é surpresa, porque varia, é a vida pessoal do prédio ou do objeto, os momentos e usos por que passou ao longo de sua existência.

Quais costumam ser as evidências mais comuns desta vida pessoal?

Pegue como exemplo os prédios da Praça da Liberdade. Sabemos que secretarias e instituições públicas na época de Getúlio foram pintadas de cinza, então a gente sempre encontra essa camada cinza em qualquer prédio público. Mas, acima ou abaixo deste cinza, cada camada é uma história. Em um momento, o prédio foi pintado de uma cor qualquer porque era a preferida do secretário, ou então redecoraram com glamour porque viviam um momento mais próspero ou mesmo destruíram tudo porque não tinham o menor respeito pela coisa, como aconteceu no Palácio da Justiça, onde arrancaram os painéis de Frederick Steckel na década de 60. Os gostos, a questão financeira e o cuidado vão se registrando na vida pessoal do prédio, e a logística vai arrebentando tudo para passar fios.

Ao restaurar um imóvel, retoma-se o projeto original e se perde o registro desses momentos posteriores?

Não exatamente. A idéia normalmente é voltar ao original, mas, em prol de uma harmonia com o todo, mantemos a decoração que está mais inteiriça,

que requer menos intervenção. A partir daí a gente busca equilibrar o projeto, deixando todas as outras camadas como prospecções para garantir o registro desses momentos que o prédio viveu.

No edifício da Secretaria de Educação, vocês já conseguiram ler parte dos momentos do prédio sob as camadas?

Ainda estamos bem no início, nessa fase de remoção, de descobrir as pinturas originais. O que a gente já levantou aqui é que nesta secretaria, que era chamada de Casa Rosada, o rosa realmente tem presença muito forte não só na fachada, mas também no interior do prédio. Todos os relevos em papier marchê que no Palácio eram dourados, aqui são sempre em tons vermelho e rosa. Tem também muito verde, muita coisa colorida, mas ela foi mesmo uma casa rosada.

No Palácio, a restauração trouxe de volta muitos sinais enterrados pelos anos. O elevador central de vidro foi uma surpresa?

O elevador tinha sido todo mascarado, estava recoberto internamente e incrustado em paredes pela criação de banheiros em sua volta. Havia já a informação de que ele e um vitralzinho, que estava dentro da parede do banheiro, existiam, mas nenhuma restauração antes tinha ido até o fim. Aquele ponto, como alguns outros, demandava um investimento de verba e de tempo muito grandes, por isso sempre se parava sem ir a fundo nisso. Essa intervenção foi de muita coragem do governo estadual e, como resultado, o Palácio só ganhou.

A Secretaria de Educação também tem trabalhos de maior complexidade assim?

No Palácio adaptaram a estrutura fechando corredor para abrir escada, construíram banheiros onde não havia. Em termos arquitetônicos, aqui é bem mais fácil porque quando o fluxo da secretaria aumentou, eles criaram um anexo no fundo, nos mesmos moldes do prédio principal, que ficou bem preservado em termos de estrutura.

Além da restauração do Palácio e agora da Secretaria de Educação, ao longo dos anos você já desenvolveu trabalhos em outros prédios da Praça da Liberdade. Como você vê a criação do Circuito Cultural?

Eu acho a proposta toda muito bacana. Sou cem por cento adepta, porque esses prédios não suportam a logística necessária para o trabalho atual das secretarias. O Palácio, por exemplo, foi muito arrebentado para que se passasse fiação e pelo próprio trânsito de pessoas. São bens culturais e precisam ter um uso controlado, planejado. A praça é cartão postal de BH, então esses prédios têm mesmo que ser recuperados e abertos à população como museus ou centros culturais. Temos já diversas experiências que comprovam que museu é uma forma de ocupação muito controlada e cuidadosa. Se acontece algum dano, por menor que seja, gente especializada rapidamente cuida da questão porque a própria estrutura é uma atração também; tanto quanto o acervo. E isso abre uma perspectiva nova, um novo olhar das pessoas quanto ao cuidado e à beleza.

Como despertar e envolver a população no cuidado com o patrimônio?

Há muitas formas de se trabalhar esse envolvimento. Na época em que eu trabalhei no IEPHA, entre 1981 e 89, desenvolvíamos um trabalho em comunidades muito interessante. Íamos às cidades do interior — um restaurador, um historiador e um arquiteto —, fazíamos o levantamento todo do projeto de restauração necessário e chamávamos o pessoal da igreja, da prefeitura e a própria comunidade para criar uma associação da cidade em prol do patrimônio. A gente conseguiu restaurar muita coisa assim em lugares como Nova Era, Caeté, Araxá e Morro Vermelho. O IEPHA não tinha dinheiro para restaurar tudo, mas tinha uma base técnica para oferecer. É incrível porque, quando as pessoas pagam e acompanham o trabalho, elas adotam cuidados com a conservação do lugar definitivamente. Tem que incutir na população a consciência de que a restauração é um processo caro e demorado. Por isso, a postura de conservação tem sempre que ser encarada como a mais importante.

Trabalho de prospecção no antigo prédio da Secretaria de Educação

PEQUENOS OLHARES SOBRE O PATRIMÔNIO

| Forro da Capela-mor da Igreja do Bom Jesus do Matozinhos – Serro

O detalhe do anjo pertence ao medalhão central da pintura do forro da capela-mor da Igreja do Bom Jesus do Matozinhos, do Serro, antiga Vila Príncipe.

A ornamentação é datada de 1797, conforme inscrição encontrada no próprio trabalho, atribuído por diversos estudiosos ao guarda-mor Silvestre de Almeida Lopes.

A pintura representa a cena lendária do momento em que pescadores encontram a imagem de Bom Jesus, na praia de Matozinhos, em Portugal.

Museu Mineiro em obras

O Museu Mineiro está temporariamente fechado, para passar por obras de adequação e recuperação de sua estrutura, além da implantação do Café, que será construído nos jardins entre a edificação e o prédio do Arquivo Público Mineiro. Vinculado à Superintendência de Museus, da Secretaria de Estado de Cultura, o museu, localizado na Avenida João Pinheiro em Belo Horizonte, integra o Circuito Cultural Praça da Liberdade, complexo que está sendo implantado nos prédios públicos do entorno da praça. A previsão é de que os trabalhos estejam concluídos em meados de 2009.

Uma das novidades é a sala multiuso, que será construída em um espaço de 160 metros quadrados, na entrada do museu, com acesso adaptado para pessoas com dificuldade de locomoção. Já o Café tem projeto arquitetônico dos arquitetos Mariza Machado Coelho e Fernando Maculan. Com as novas instalações, Belo Horizonte terá mais um espaço cultural e de convivência, como opção de ponto de descanso, encontro e interação social.

| Acervo protegido

O acervo do Museu Mineiro é constituído por um número expressivo de objetos que documentam, de forma material e simbólica, momentos distintos da formação da cultura mineira. Entre eles, estão quadros e esculturas, peças de arte sacra, mobiliário, utensílios domésticos e objetos de uso pessoal, instrumentos de trabalho e de castigo, insígnias e armarias. Atualmente, o espaço reúne 36 coleções vindas de diversas instituições e de particulares. Destacam-se: Coleção Arquivo Público Mineiro, Coleção Geraldo Parreiras, Coleção Pinacoteca do Estado de Minas Gerais, Coleção IEPHA/MG, Coleção Jeanne Milde, Coleção Hidelgardo Meirelles, Coleção Irma Renault, Coleção Rede Manchete e Coleção Servas. Durante as obras, o acervo está protegido na reserva técnica da Superintendência de Museus, prédio anexo ao Museu Mineiro.

Reprodução

^^ Perspectiva do Café

| História

A construção do final do século XIX revela a arquitetura que marcou oficialmente a fase inicial da cidade: características ecléticas recuperam as linhas básicas da arquitetura greco-romana e renascentista e apresentam ornamentos de nítida aparência afrancesada. Inicialmente, o prédio foi construído para ser a luxuosa residência do secretário de Estado da Agricultura. No começo do século XX, recebeu o Senado Mineiro. Também foi sede da Pagadoria do Estado. Em 1978/1979, foi restaurado e adaptado. Foi tombado pelo IEPHA/MG, por meio do Decreto nº. 16.595, de 5 de dezembro de 1978 – passando, desde então, a abrigar o Museu Mineiro.

Moradores de Luminárias resgatam o passado

Fotos: Sansão Bogarim

No que depender da população de Luminárias, cidade de 5.350 habitantes no Sul do estado, os antigos costumes e tradições estão protegidos. O Projeto Memórias Iluminadas, desenvolvido pelo jornalista Paulo Morais e pela turismóloga Andressa Gonçalves, com recursos do Fundo Estadual de Cultura, foi criado com o objetivo de manter viva a memória dos habitantes.

O projeto começou em fevereiro de 2007, quando Andressa e Paulo passaram 40 dias ouvindo a história de vida e dos costumes dos moradores mais antigos do município. Foram produzidas cerca de 200 páginas de relatos, e uma reclamação era comum a todos: "Os jovens nem sempre querem saber das histórias antigas". Depois desse primeiro momento, os autores do projeto voltaram à residência dos mesmos moradores e releram para eles os depoimentos coletados para comparar as informações dadas. "Alguns idosos chegaram a ficar emocionados", relata Paulo.

O passo seguinte foi a edição dos relatos de 26 moradores sobre a história da cidade – como eram os costumes antes da energia elétrica, onde ficava a antiga escola, situações vividas etc. — para compor um livro. Também foram produzidas quatro cartilhas para serem entregues em escolas de 1ª a 4ª série. A primeira cartilha apresenta brincadeiras e lendas, como carro de boi feito com sabugo de milho e a história do Negro D'Água. A Dança das Fitas e a Festa da Padroeira são algumas das manifestações culturais apresentadas na segunda cartilha. A terceira traz ofícios antigos, como os de ferreiro e carpinteiro. Os principais personagens da cidade, como o homem que realizou a primeira exibição de cinema e o mentiroso mais famoso, podem ser encontrados na quarta cartilha. Segundo Paulo, o livro e as cartilhas serão lançados em dezembro.

Confira ao lado o relato do morador Geraldo Pedro Terra, também conhecido como Geraldo Neco, nascido em 1911.

Paulo e Andressa entrevistam Geraldo Neco

Depoimento

"(...) Quando eu era menino, aqui batia peteca, jogava bete. A gente amarrava um sabugo no braço, punha no chão e rodava em volta dele. Depois tentava correr, mas não conseguia porque ficava tonto, e caía no chão.

(...)

Eu morava na roça, na tal da Água Santa, e costumava vir de lá. (...) Papai me falou uma vez que veio um homem com uma enfermidade na perna. Ele andava de muleta e fez uma barraquinha lá na Água Santa. Ficou lá uma semana, bebendo daquela água e banhando. Saiu de lá são, curado. Uma vez eu comprei uma lata, daquelas de 26 litros de querosene. Fui lá, apanhei um tanto d'água assim e levei pra casa. Deixei ela em cima da mesa da sala. Quando vi, a lata suou tudo por fora. Ficou cheio de bolinha. Uma coisa medonha. É impossível, parece que você não acredita, mas é a pura verdade. Na altura da água, a lata por fora suou. Eu fui, chamei a mulher, e falei: "olha bem pra você ver!" Por fora da lata tudo, tava aquelas bolhinha tudo d'água, pertinho umas das outras assim. Coisa impossível, né?

(...)

Eu tomava muita cachacinha. Nós tinha alambique de fazer cachaça, eu aprendi a beber cachaça desde solteiro. Tinha que por a garapa de molho com um bocado d'água e provar de tardezinha. A gente enfiava o dedo e chupava. Se tivesse quase de noite e ainda não tivesse pronto, a gente tinha que pôr mais água pra ficar pro outro dia. Se passasse da hora, não dava. Depois, tinha um tal de alambique, você já ouviu falar? Alambique, eu não sei explicar não, é um trem de ferver, punha lá pra ferver. Depois que fervia, a cachaça saía no canudinho. Mas primeiro costumava sair uma água fraca. Tinha que, de vez em quando, provar. Quando via que já tava forte, era cachaça. (...)

Uma vez, uma capivara comeu o arroz de uma roça tudo, aí o dono cercou o terreno e fez um foge. Foge é quando faz um buraco da altura de uma porta, e cobria com terra e capim por cima. A Sinhá Ana, mãe do Tonico, não sabia e caiu lá dentro. Aí o moço falou: "Ê, Sinhá Ana Capivara!" Aí pegou o apelido, só que ninguém chamava ele de Tonico Capivara não, era só de longe.(...)

A poesia de Drummond e o patrimônio cultural mineiro

Maria Marta Martins de Araújo*

Em que pesem os avanços na preservação do patrimônio cultural no Brasil, com o importante reconhecimento de sua dimensão intangível, da diversidade cultural e do direito de todos à memória, ainda nos defrontamos com questões bastante complexas como a da atribuição de valores ou, em outras palavras, com a própria seleção que se há de fazer para designar, no âmbito de um universo praticamente ilimitado de artefatos, práticas e conhecimentos, o que é patrimônio cultural.

Escultura de Carlos Drumond de Andrade na praça Alberto Deodato, em Belo Horizonte

O caminho e, ao mesmo tempo, o maior desafio ainda é aquele apontado pela historiadora Déa Fenelon: entender o patrimônio cultural enquanto "patrimônio afetivo", ou seja, a partir das referências culturais estabelecidas pelas próprias pessoas na sua relação com o espaço e com o tempo.

E é tentando pensar nessa direção que se destaca a contribuição de Carlos Drummond de Andrade para a preservação desse patrimônio cultural/afetivo de Minas Gerais, não tanto como funcionário da DPHAN, nos anos de 1942 a 1962, mas na sua obra poética posterior, especialmente na série Boitempo I (1968), II (1973) e III (1979) e diversos outros poemas.

Não custa lembrar que a poesia, e de forma geral a literatura, tem muito a ensinar aos analistas sociais e, em particular, aos que atuam na área do patrimônio cultural, ao demonstrar que a linguagem pode funcionar de maneira crítica e espirituosa e ao sugerir formas alternativas para se representar as ambíguas categorias que conformam a experiência histórica e a vivência humana.

Às voltas com a história e a memória, Drummond ajuda a questionar a própria noção de tempo absoluto – que identifica a sociedade numa única experiência temporal –, a favor de um tempo qualificado pela presença humana e no qual a ação dos afetos e da imaginação produz uma lógica própria.

A um dado momento do seu percurso poético, Drummond abandonou a rebeldia contra os familiares e passou a investigar com simpatia e carinho o passado de sua terra natal. Para além de mero conservadorismo, como aponta Silviano Santiago, trata-se de uma "desconstrução do tempo pela força da palavra poética: o futuro do passado, pretérito mais que perfeito, o eterno presente."

Como evidencia o poema dedicado a Abgar Renault, publicado em livro de 1977:

"A contagem de tempo
do poeta
não é a do relógio
nem da folhinha.
É amadurecer de poemas
a envolvê-lo e tirar-lhe
toda marca de tempo
de folhinha
e relógio
e a situá-lo
na franja além do tempo
onde paira o sentido
a razão última das coisas
imersas de poesia."

O conceito de memória é crucial para os que atuam na área do patrimônio. Contudo, toda memória transmuta o passado, mais que o reflete. É processo contínuo de construção e atualização de identidades que não perde de vista o futuro e que nos leva invariavelmente a pensar sobre o significado ou sentido dos atos humanos, numa perspectiva muito próxima da obra "memorialista" de Drummond, que questiona em sua essência a concepção linear-progressista do tempo e propõe o tempo reversível.

Nela, o homem que nasceu em 1902 transcende as próprias reminiscências, situando-se quase que confortavelmente em meio à sociedade patriarcal e escravista do século XIX, evocando com familiaridade os antigos chefes políticos liberais e conservadores, os velhos juízes de paz, o infortúnio e a rebeldia dos escravos, o caminhar lento das tropas pelas estradas estreitas do Segundo Reinado.

E pelo exercício da memória ou da *(In) memória*, título do poema de Boitempo I, o escritor mineiro, no ajuntar de cacos e buracos, no fazer-se e desfazer-se, cria uma "incorpórea face, resumo de existido". Lição maior de que o tempo que se vive não é homogêneo, algo que instiga e exige deciframento, como a própria obra de Drummond, na qual é impossível não perceber a polifonia do tempo social, do tempo cultural, do tempo corporal, que pulsa sob a superfície dos eventos.

*Vice-presidente do IEPHA/MG

BEM TOMBADO

Mosteiro de Macaúbas

O Mosteiro de Macaúbas está localizado na margem direita do Rio das Velhas, a 11 quilômetros do centro da cidade de Santa Luzia, na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Em estilo colonial, é um monumento sóbrio e imponente, inserido numa planície em meio a palmeiras de macaúbas. A edificação é cercada por mureta baixa, em alvenaria, que também funciona como arrimo. O corpo principal do prédio, erguido na segunda metade do século XVIII, tem o partido em forma quadrangular, com pátio claustral interno, todo pavimentado em pedras, onde está um cruzeiro.

No ano de 1768, o mosteiro sofreu uma intervenção de grande porte. Em cada lateral da fachada principal foram construídos anexos chamados "mirantes", com vedação na frente, feita por treliças. Um deles está localizado sobre a sacristia, e o outro sobre a área correspondente ao parlatório da antiga construção.

Na parte anterior da edificação, está a Capela de Nossa Senhora da Conceição, que conserva belíssimo conjunto de talha no estilo rococó, da segunda metade do século XVIII. Há ainda capelas secundárias, como a dos Aflitos, a de Nossa Senhora do Carmo, a de Santo Antônio, entre outras.

Destaque para a Capela dos Aflitos, cuja pintura dos painéis e do forro, de inspiração rococó, é considerada como a de maior apuro no conjunto do mosteiro. Nas laterais e na parte posterior, no 2º pavimento, estão as celas, distribuídas em duas alas ao longo de um corredor que termina em salões. No andar térreo, encontramos mais celas e as dependências de serviços.

| História

A edificação que hoje abriga o mosteiro foi construída por Félix da Costa, um alagoano devoto de Nossa Senhora da Conceição, que a criou para ser um recolhimento e um educandário. A casa abrigava viúvas e mulheres abandonadas pelos maridos. Muitas filhas de ricos senhores passaram por ali. Entre elas há registro de algumas das filhas de Francisca da Silva de Oliveira, a Chica da Silva, cujo companheiro, o contratador de diamantes João Fernandes de Oliveira, construiu uma das alas e um dos mirantes do prédio.

Considerado o maior educandário feminino de Minas Gerais da época, foi convertido, em 1926, em Mosteiro de Ordem Contemplativa, ligado à Ordem Imaculada Conceição, fundada pela Santa Beatriz da Silva Menezes, na Espanha, em 1484. Lá vivem, em regime de clausura, as irmãs da Ordem da Imaculada Conceição.

O tombamento estadual é de 22 de agosto de 1978, com complementação de entorno em 2002. O Mosteiro de Macaúbas também é tombado na esfera nacional. Totalmente restaurado pelo IEPHA/MG em 1994, três anos depois teve inaugurada a Casa de Retiro, montada, numa das alas, especialmente para receber pessoas que buscam paz espiritual e silêncio.

Referência: Dossiê de tombamento do IEPHA/MG - Mosteiro de Macaúbas

Acervo IEPHA

ICONOGRAFIA

Nossa Senhora da Purificação, da Luz, das Candeias ou Candelária (Apresentação de Jesus Cristo no Templo)

Em muitos lugares do Brasil mantém-se o culto de Nossa Senhora da Purificação, da Luz, das Candeias ou Candelária. Antes da missa em sua honra, benzem-se velas (ou candeias), e em muitas igrejas organiza-se procissão, em que são levadas velas acesas, símbolo de Jesus Cristo, que, apresentado a Deus no templo de Jerusalém foi saudado pelo velho Simeão como a luz que iluminaria os povos.

Maria, em obediência à lei mosaica, apresentou-se no templo de Jerusalém para se purificar, pois a mulher que tinha dado à luz uma criança do sexo masculino ficava privada de entrar no templo por 40 dias depois do parto.

A cena, geralmente pintada, inclui Maria, José, o velho Simeão — que tinha recebido de Deus a promessa de não morrer sem ter visto, com os próprios olhos, o Salvador do mundo— e a profetisa Ana, mulher muito velha e viúva, que não se afastava do templo, servindo a Deus noite e dia em jejuns e orações.

Pintura de Schumacher, na Igreja São José, em Belo Horizonte

Guiado por inspiração divina, Simeão viera ao templo no momento em que os pais de Jesus entravam. A história está no evangelho de Lucas (2,22-38), e diz que Simeão tomou Jesus nos braços e bendisse a Deus, dizendo: "Agora, Senhor, deixa partir o vosso servo em paz, conforme vossa palavra. Pois meus olhos viram a vossa salvação que preparastes diante dos olhos das nações: luz para aclarar os gentios, e glória de Israel, vosso povo!"

Simeão os abençoou e fez uma previsão sombria a Maria: "Eis que este é posto para queda e para levantamento de muitos em Israel, e para ser alvo de contradição, e uma espada traspassará a tua própria alma, para que se manifestem os pensamentos de muitos corações". Uma prefiguração da representação de Nossa Senhora das Dores.

Representa-se a Virgem Maria carregando em seu braço esquerdo o Menino Jesus e na mão direita uma vela acesa, razão pela qual é conhecida como Nossa Senhora da Luz, da Candelária, das Candeias ou ainda da Purificação, designação particularmente cultuada em Portugal. Sua festa é celebrada 40 dias após o Natal, em 2 de Fevereiro.

Nossa Senhora da Luz era tradicionalmente invocada pelos cegos, a partir do início do século XV. A devoção cresceu com a expansão do império português, chegando ao Brasil, onde é a padroeira de Curitiba.

O grande santuário de Nossa Senhora da Luz foi quase totalmente destruído pelo terremoto que assolou Lisboa em 1755, catástrofe que teria originado a construção da Capela de Nossa Senhora da Luz de Diamantina, ex-voto de Teresa de Jesus Corte Real. Durante a tragédia, ela suplicou a proteção da Senhora da Luz, conseguindo se abrigar, com seu esposo e empregados em uma capela dedicada à Mãe de Deus. Como seu marido foi designado para o posto de funcionário do Contrato dos Diamantes, no Arraial do Tijuco, em Minas Gerais, prometeu que, se conseguisse chegar ao Brasil sã e salva, faria erigir na colônia uma capela à Virgem da Luz.

* FONTE: Professor Renato César J. de Souza - arquiteto e diretor de Conservação e Restauração do IEPHA/MG